

Modalidade: Comunicação oral

Sub-tema: Juventude, processos educativos e trabalho

INFANCIA E SUBJETIVAÇÃO NO ESPAÇO ESCOLAR

**Maria Regina Maciel (Professora Adjunta da
Faculdade de Educação da UERJ, Pesquisadora Permanente
do NIPIAC e Psicanalista do CPRJ)**

PALAVRAS-CHAVES

Infância -subjetivação – alteridade – espaço escolar

1.INTRODUÇÃO

Este texto é derivado de uma pesquisa que começou no primeiro semestre do presente ano e está em andamento numa Escola Municipal da zona sul do Rio de Janeiro. Iniciaremos com uma introdução que faz referência a autores que nos guiam nesta prática cujas categorias em destaque são as de infância, subjetivação, alteridade e espaço escolar. Em seguida nos referiremos ao método de pesquisa, bem como análise do que temos até então.

Interessa-nos, a partir das múltiplas maneiras de conceber a infância - que vai desde fase do desenvolvimento, passando pela noção de construção social decorrente de processos de subjetivação num campo intersubjetivo até chegar à ideia que move nossa pesquisa e que diz mais respeito à noção de “infantil” derivada da psicanálise -, pensar o espaço escolar e o quanto este pode preservar condições de possibilidade de existência de sujeitos que leve em conta a alteridade, mesmo que diante de nossa sociedade de consumo. A literatura que sustenta tal proposta parte da atenção à infância na sociedade contemporânea e aposta numa Escola que permita transformações em nossas potencialidades. O objetivo é problematizar o que se passa entre quem ocupa o lugar de

ensinar e quem ocupa o lugar de aprender, no sentido de perceber o quanto este espaço permite experiência de alteridade.

De um pequeno adulto, passando por um ser em desenvolvimento, a criança é vista atualmente como um sujeito do consumo. Que mudanças a sociedade passou que acarretou tal alteração na maneira como a percebemos? Afinal, num determinado viés teórico, não podemos conceber a infância fora de um horizonte histórico. Ela, pelo contrário, expressa dramas e impasses de sua época.

Nesta perspectiva, podemos problematizar o papel da família e da escola como dispositivos fundamentais no processo de transmissão cultural (Castro, 2000). De projeto de vir a ser, de menor sob a tutela dos pais, a nova criança sai da invisibilidade e se torna ator social. Porém, isto se faz como “consumidor” no cenário das trocas sociais da cultura do consumo. Estamos, então, diante de uma criança-sujeito que contracena com novos elementos. Uma infância que se faz no consumo. São novas redes (midiáticas) que criam formas de subordinação e criação, nas quais as crianças se vêm numa relação mais de igual para igual com os pais. Neste contexto, novos agentes pedagógicos vão se legitimando, que não somente pais e educadores.

Essa relação mais de igual para igual entre crianças e adultos que acabamos de mencionar se reflete na maneira como pensamos as etapas da vida. Hoje, por exemplo, a maturidade foi estendida para os 60/80 anos, assim como a juventude vem sendo tomada de modelo para a existência. Neste sentido, Gauchet (2008) objetivando pensar sobre as consequências da alteração nas maneiras de se viver as etapas da vida para o domínio da educação, nos mostra que, a partir principalmente dos anos 70, a noção de “educação” atrelada à ideia de um ator social metaforizou-se em “formação” (mais ligada à individuação e ao campo estético).

A partir da análise deste mesmo contexto, podemos ampliar nossa reflexão e propormos a integração da alteridade na estética para que esta se entrelace na dimensão ética e política (Souza, 2005). Neste sentido, contra uma cultura monolítica de massa, as ciências humanas podem exercer uma práxis desencadeadora de transformação na vida. Assim, ouvir os participantes da vida escolar pode ser um primeiro passo tanto para deixar emergir a diferença quanto para a abertura de novas possibilidades de acordos intersubjetivos.

Ressaltando a questão da infância, sabemos que ela também pode ser vista como alegoria capaz de nos tirar do feitiço da sociedade de consumo. A concepção de infância posta aqui em pauta é diversa daquela que a reduz a etapa de vida. Ela diz respeito, portanto, àquilo que pode nos desencantar da razão instrumental própria à cultura do consumo. Assim que, se a publicidade pode fabricar consensos, podemos, por outro lado, propor uma política de provocação, entendida como falar do outro. Assim, quem sabe, possamos escapar dos enquadramentos compulsórios. Afinal, com suas brincadeiras, estando disposta a ouvir de novo a mesma história (sem que esta se repita), a criança pode deflagrar novas visões de mundo que recupere a dimensão crítica do homem com a cultura.

1.1. CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO PSICANALÍTICO

Saindo da perspectiva mais crítica e focando na psicanálise que sabemos entrelaçar corpo e linguagem, vemos que o sujeito é marcado pela contingência e pela história, se produzindo no campo do discurso, mas também no campo da pulsão. O que quer dizer isto? Quer dizer que nos produzimos na tensão entre registro simbólico e registro da intensidade.

Colocando em pauta este último registro, podemos afirmar que a clínica psicanalítica - nos auxiliando a perceber as maneiras com que gozamos e nos responsabilizamos por este excesso - pode servir de dispositivo que barre, quando necessário, a infinitude plástica de nossos investimentos em objetos que pode transformá-los em “mercadorias” na qual o gozo (diferentemente do desejo) parece se transformar em imperativo. Em outras palavras, apontando o prazer possível, a psicanálise nos indica o caminho de andar nesta tensão entre ruptura/reconstrução das expectativas. Assim, neste sentido, e intencionando pensar sobre a infância contemporânea, o que nos parece importante é “não pedir demissão à ética” (Costa, 2010, p. 26).

Longe estamos, porém, de querer cair numa posição moralista como se só existisse uma única ética. Afinal, para a psicanálise, ética diz respeito à vida e é da ordem do inapreensível. Nela algo sempre escapa. Ela diz respeito também ao singular.

Neste sentido, Derrida (*apud* Costa, 2010, p. 248) nos possibilita perceber que a sociedade contemporânea corre o risco de ser totalitária se afirmar o privilégio da identidade contra a diferença. A partir deste autor, entendemos que há uma tensão entre identidade e diferença que deve ser mantida. Nas suas palavras: “É porque Eu não sou Um comigo mesmo que posso falar com o outro e me dirigir a ele. [...] Se garantirmos algum privilégio ao ajuntamento e não à dissociação, não deixamos lugar para o outro, para a radical outridade do outro, para a radical singularidade do outro [...] Dissociação, separação, é a condição de minha relação ao outro”.

Acontece que a “outridade do outro”, de que fala Derrida (1994, 2011), corre o risco de perder sua positividade e caráter disruptivo se for colonizada pelo capitalismo atual. Afinal, mais do que numa sociedade disciplinar, estamos numa sociedade do controle que convive bem com as diferenças.

Para não sermos totalmente colonizados por este capitalismo que absorve bem a diferença, a noção de “infantil” própria à psicanálise, nos é cara. Esta diz respeito àquilo que de certa forma sempre escapa às tentativas de dominação por parte da sociedade. Assim que, se alguns autores (Safatle, 2008) têm afirmado que o discurso capitalista neo-liberal tem surgido como um discurso único, pior do que o discurso dos regimes totalitários - pois não parece possibilitar resistência já que sendo sedutor ao extremo, ele é promovedor de um gozo que dificulta pensamento -, esse “infantil”, justamente, poderia ser capaz de resistir a esta tendência.

Foquemos, mais especificamente, o mundo da escola. Se este não se restringir ao ensino/aprendizagem de conhecimento, o âmbito escolar pode ser problematizado quer como um lugar colonizado pelo capitalismo neoliberal quer como um lugar capaz de mudar a nós mesmos e ao mundo. Nesta perspectiva, a Escola não deveria separar o conhecimento do uso que se faz deste. Quando nos vemos diante das intimidações, da violência ou da apatia, estimular pensamento e invenção crítica de novas brincadeiras e novos mundos, estimular o contato com este “infantil” de que falávamos, não poderia ser uma alternativa a nossa sociedade do consumo? Esta fica sendo nossa proposta, diante da qual acreditamos que a trama conceitual da psicanálise nos oferece alicerces para nossas pesquisas no campo educacional.

A experiência psicanalítica seria, neste caso, mais ligada ao registro estético da constituição de modos de existência. A prática clínica suportaria, neste tipo de encaminhamento, o paradoxo da afetação transferencial – afetar e ser afetado – como forma de criação de estilo ou constituição de novos modos de ser si mesmo (que, neste caso, está indissociável da questão da alteridade). Estaríamos frente a um trabalho de agenciamento da força pulsional associado à construção clínica do inconsciente. Trabalho este que poderá se exercer também na ausência de palavras. A aposta aqui pode ser na potencia criativa da pulsão que suportará o paradoxo (que não é contradição a **ou** não a, porém paradoxo a **e** não a) de participar da própria criação da subjetividade.

2. MÉTODO?

A pesquisa com crianças tem suas especificidades a começar pela estrutura de desigualdade - não obstante a possibilidade de se problematizar as posições identitárias - entre pesquisador e pesquisado (Castro, 2008 e 2010). Nossa proposta de trabalho com grupos no âmbito escolar pode ser situada dentro de um modelo de pesquisa-intervenção no qual se pretende, ao mesmo tempo, investigar e viabilizar a construção de um espaço de fala e intercâmbio entre seus componentes, numa verdadeira experiência de pensamento. Experiência esta que pode ser entendida como composta de uma disposição inicial para problematizar uma situação, dialogar e continuar pensando. Proposta aberta à criação de novas formas de experimentar o pensar.

Temos feito encontros com as crianças, no horário de aula, com duração aproximada de uma hora. Usamos alguns disparadores da conversa como o de apresentar histórias fictícias para eles construírem o final delas. Essas histórias são construídas a partir de encontros anteriores que temos com os educadores para ouvir suas questões cotidianas vividas na Escola com seus alunos.

O interessante a destacar - e que não tínhamos previstos que fosse acontecer - é que as crianças e os educadores pediram para terem encontros juntos. Aceitamos a proposta, contanto que estes não ficassem discutindo apenas situações concretas vividas entre eles. Afinal, nosso intuito é o de também problematizar esses fatos, portanto, remetermos os participantes dos grupos para questões mais gerais tirando o foco no que

concretamente viveram entre si, bem como possibilitar que cada um se implique subjetivamente diante da questão levantada.

Sabemos que o tipo de pesquisa é determinado pela concepção que fazemos dos sujeitos pesquisados. Isto não somente define nossa relação com eles como também funda o saber que produzimos. No nosso caso, a partir do campo psicanalítico que nos alicerça, ao contrário do que frequentemente acontece, as “características infantis” não são reconhecidas como impedimentos ou dificuldades na pesquisa. O que chamamos de infantil ganha outro significado e passa, inclusive, a ser valorizado e tido como também presente nos adultos.

Entendemos que a produção de saber sobre as crianças – bem como a proposta de transformação delas, dos educadores e dos pesquisadores -, pode ser resultante de suas próprias ações e conhecimento e não apenas da ação e conhecimento do pesquisador. Pretendemos que esses grupos funcionem como práticas de significação e mobilização de saberes e afetos diferenciados. O pesquisador, neste caso, pode ser o agente desencadeador do processo de pesquisa. No entanto, pesquisador e sujeitos da pesquisa ainda que permaneçam diferenciados, constituem-se reciprocamente enquanto sujeitos das práticas de significação e de um campo de afetação. Ambos (se) transformam.

A psicanálise, de certo modo, compartilha do posicionamento da pesquisa-intervenção. Todavia, ao se referir a um “infantil” também presente no adulto, dá ênfase a certa igualdade originária entre os participantes de uma pesquisa. Um dos pontos principais que nos parece poder se colocar no centro desta discussão é a concepção que se tenha de tempo: se cronológico ou não. E a clínica psicanalítica, justamente, leva em consideração múltiplos tempos, justamente por trabalhar o “infantil”, de sujeitos de várias idades. Eminentemente tem sido assim que sustentamos as discussões que surgem nos grupos. Grupos estes derivados de nossa proposta de contribuir para uma Escola na qual o sentimento de participação na construção do saber (longe de uma aquisição passiva) não seja tão raro.

Os grupos podem funcionar a partir de uma espécie de “associação livre coletiva” disparada pelas histórias inventadas a partir da conversa com os educadores, que contamos para ser completada pelas crianças. O papel do pesquisador é entendido como o de provocar pensamento. A intenção é que se sintam mobilizados a aderir ao

trabalho de discussão. Deliberadamente abre-se mão aqui de prever e tudo explicar, para focalizar compreensões mais singulares sobre o que se passa entre aquele que ocupa o lugar de ensinar e aquele que ocupa o lugar de aprender. Quanto à devolução dos resultados, este tem um caráter de intervenção na medida em que permite a produção de novos debates na Escola. Acreditamos que estas rodas de discussão podem servir como resistência frente a um tipo de vínculo instrumental das crianças e dos educadores com a Escola, que a veria apenas como lugar de preparação para o futuro.

Na psicanálise em extensão é possível dizer que o sintoma (neste caso, por exemplo, os conflitos frequentes entre alunos e professor) também se apresenta referido ao Outro social (que pode ser a Escola, por exemplo). A metodologia da “conversação” sugerida por Miller (Miller apud Santiago, 2008, p. 15-16), por exemplo, propõe uma experiência de associação livre coletivizada (promoção de uma discussão viva entre os participantes), a fim de que os sujeitos nela envolvidos possam sair da paralisação que os impede de tomar a palavra e agir. A proposta aí é partir do que não vai bem, circular conversa e apostar na produção de algo inédito, num possível deslocamento do gozo que se está aderido.

A presente proposta de pesquisa com os grupos tem também inspiração teórica nos textos de Winnicott (1984). Esclarecemos que não intencionamos fazer uma espécie de atendimento psicoterápico breve como pretendia o psicanalista inglês quando intervinha nas suas consultas, em Instituições. Entretanto, o autor nos serve de referência, não só porque, na história da psicanálise, foi um novo referencial psicanalítico em relação ao padrão clássico até então vigente, mas também, no que tange, por exemplo, às suas “consultas terapêuticas”, pelo aspecto propiciador de desbloqueios que permitia que a criança retomasse seu caminho, a partir da relação que teria se estabelecido e que poderia ser capaz de favorecer a emergência do brincar mútuo e da comunicação significativa. Nessas consultas, definidas por sua flexibilidade, ele utilizava-se, por exemplo, do ‘jogo do rabisco’ que, pela qualidade vivencial, continha confiabilidade e mutualidade. Os encontros estabeleciam-se como uma espécie de jogo alegre em atenção ao gesto espontâneo enquanto expressão vital do se expandir.

3. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Um tema que tem surgido frequentemente em nossos grupos é o da violência presente no cotidiano escolar. Diante disto, temos nos conduzido sustentados pela

problemática ética no seio da psicanálise. Isto marca o posicionamento que temos, especialmente quando se trata da leitura dos fenômenos socioculturais de nossa época.

Vale mais uma vez esclarecer que nossa proposta dos grupos não é terapêutica. Contudo, ela pode acabar por propiciar criação de espaços de transformação subjetiva e de experiências compartilhadas. O fundamental, afinal, é não anular a alteridade do outro, para não correremos o risco de um cotidiano escolar de violência na qual o utilizo como objeto de gozo, o abandono ou o invado.

A título de ilustração, lembro-me de um grupo com as crianças no qual uma delas relatava um conflito vivido com sua professora e pedia para que esta estivesse presente na próxima reunião, a fim de que ele (aluno) fosse escutado. Outra criança, ouvindo a reivindicação, acrescenta que aquele também teria que escutar o que a professora teria a dizer. Todos ficamos pensando sobre a questão. Isto proporcionou outros tantos encontros, inclusive com a presença da dita professora, enquanto buscávamos problematizar o que surgia em termos de limite, autoridade, liberdade, criação, etc.

Pensamos, no “a posteriori”, que este tipo de encaminhamento somente foi possível porque fomos à Escola abertos aos acontecimentos. Nem tudo estava definido de antemão. Estávamos abertos a aceitar o indefinido, o imprevisto, que poderia vir dos nossos encontros com as crianças e os educadores. A aposta é que, assim, o “infantil” do pensamento, aquilo que aponta para o novo, para o que não se aprisiona, possa advir.

4.BIBLIOGRAFIA

Castro, L. R.; “‘Cidade-mundo’ e ‘cidade-tela’: pensando ética e consumo na contemporaneidade” em *Mosaico – imagens do conhecimento* (Org. de Souza, S. J.). Rio de Janeiro, Ed. Rios Ambiciosos, 2000.

Castro, L. e Besset, V. L. (Org.); *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro, Trarepa/FAPERJ, 2008.

Castro, L.; *Falatório: participação e democracia na Escola*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2010.

Costa, J. F.; *O ponto de vista do outro*. Rio de Janeiro, Garamond., 2010.

Derrida, J.; *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Derrida, J.; “Freud e a cena da escritura” em *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva, 2011.

Gauchet, M.; “La redéfinition des age de la vie” em *Gauchet.blogspot.com/2008*.

Safatle, V.; *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo, Boitempo, 2008.

Santiago, A. L.; “O mal-estar na educação e a conversação como metodologia de pesquisa-intervenção na área de psicanálise e educação” em Castro, L. e Besset, V. L. (Org.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro, Trarepa/FAPERJ, 2008.

Souza, S. J.; *Subjetivação em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.

Winnicott. D.; *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Rio de Janeiro, Imago, 1984.